



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Portaria Municipal Nº 032/2025 – GP, instruções normativas e suas alterações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 5378/2025

CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

REGIME DE EXECUÇÃO:

Valor Global

VALOR ESTIMADO

R\$ 291.473,60

FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Parcelado

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA E PEDIATRIA, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS AMBULATORIAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, CONFORME AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

O edital estará disponível, eletronicamente, através do Portal da Transparência do Município de Atalaia do Norte/AM, e no Portal Nacional de Compras Públicas. – PNCP.

VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

O cadastramento poderá ser realizado no prazo de 12 (doze) meses de sua publicação, a qualquer tempo, sendo que o período de vigência contratual de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses, desde que haja interesse da Prefeitura Municipal e do credenciado.

DIA, HORÁRIO, LOCAL

- Setor de Licitação, situado na Rua Augusto Luzeiro, nº 65 – bairro Centro, Atalaia do Norte/AM. Cep. 69.650-000
- Data: O Edital de credenciamento ficará disponível por período de 12 (doze) meses.
- Horário: 08h:00 às 12h:00 (horário local)

Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM
Rua Augusto Luzeiro, 65, Centro
CEP: 69650-000



EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5378/2025 CREDENCIAMENTO Nº
003/2025

O MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE, ESTADO DO AMAZONAS, por meio da COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML, com sede na Rua Augusto Luzeiro, nº 65 – bairro CENTRO, Atalaia do Norte/AM. Cep. 69.650-000, representado neste ato pela Comissão de Contratação, designada pela Portaria Municipal Nº 031/2025 – GP, que, no uso de suas prerrogativas legais, torna público para conhecimento dos interessados que se fará realizar o **Credenciamento nº 003/2025**, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA E PEDIATRIA, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS AMBULATORIAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, CONFORME AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024 e demais normas correlatas em vigor e pelas condições estabelecidas neste edital.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital de Credenciamento tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA E PEDIATRIA, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS AMBULATORIAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, CONFORME AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL**, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

1.2. O credenciamento será dividido em itens, conforme tabela constante no item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do processo de credenciamento todos os interessados comprovadamente do ramo correlacionado ao objeto deste Credenciamento, que satisfaçam as condições específicas de habilitação e que aceitem as exigências estabelecidas neste edital, observadas ainda a Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024 e demais normas pertinentes em vigor.

2.2. A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste edital.

2.3. **NÃO PODERÁ PARTICIPAR** do presente Credenciamento a pessoa jurídica:

- a. suspensão de participar de licitações e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM;
- b. declarada inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c. estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- d. que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por



- contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e. entidades empresariais que estejam sob falência, em processo de dissolução total ou liquidação;
 - f. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si; e
 - g. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio

Nota explicativa¹: A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Atalaia do Norte (AM) coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas, que isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de equipamento e/ou contratação de serviços comuns, não vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios ou grupos de empresa não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios ou grupos, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

- i. agente público do órgão ou entidade licitante;
- j. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão no 746/2014-TCU-Plenário);

2.4. A observância das vedações do item 2.3 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

2.5. Os interessados em adquirir cópia do edital e seus anexos estarão disponíveis no Site da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, link: <https://atalaiadonorte.am.gov.br>, bem como no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

3. DOS REQUISITOS DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. O requerimento de credenciamento e os documentos necessários à habilitação deverão ser encaminhados para o endereço da Comissão Municipal de Licitações situado na Rua Augusto Luzeiro, nº 65 – bairro Centro, Atalaia do Norte/AM. Cep: 69.650-000.

3.2. O conjunto de documentos apresentados deverá conter:

I – Requerimento de credenciamento, na forma do modelo disponível no Anexo IV, datado e assinado pelo representante legal; e

II – Documentos necessários à habilitação previstos no item 3.4.

3.3. A documentação de habilitação deverá ser encaminhada **EXCLUSIVAMENTE** na sede da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, situado na Rua Augusto Luzeiro, nº 65 – bairro Centro, Atalaia do Norte/AM. Cep: 69.650-000, sendo estes:



3.3.1. Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- h) **No caso de pessoa física:** Documento de identificação com foto, Cadastro de Pessoa Física – CPF, Comprovante de Residência Atualizado, Registro Profissional no CRM/AM, Título de especialista ou certificado de residência médica.

Os documentos acima deverão estar acompanhados do ato de constituição e de todas as alterações ou da última consolidação respectiva.

3.3.2. Habilitação Fiscal e Trabalhista – Pessoa Jurídica e Física:

- h) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (pessoa jurídica);
- i) Comprovante de inscrição estadual da sede do licitante (pessoa jurídica);
- j) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- k) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título



VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- m) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- n) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

3.3.3. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;
 - b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - b.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - b.4) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- c) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- e) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- f) **Pessoa Física:** Certidão negativa de falência/insolvência civil, Declaração de que possui capacidade econômica para prestar o serviço;

3.3.4. Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando a experiência profissional, juntamente com a Certidão de Regularidade profissional emitida pelo CRM/AM;

O(s) Atestado(s) deverão comprovar a boa e regular execução do serviço ao objeto do Edital e seus anexos;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

- b) A licitante deverá apresentar Licença Sanitária em vigência, emitida por entidade pública municipal ou estadual. Quando não houver indicação de prazo de validade pelo emissor do documento, serão consideradas válidas licenças emitidas a partir de 2024. Em caso de licenças emitidas antes desse prazo, apresentar documento autenticado que ateste a validade da licença, emitido pela instituição pública responsável.

- c) Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

3.3.5. Declarações a apresentar, a licitante declara:

- a) Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b) Que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- d) Que não está impedida de participar de licitação, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- f) Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relacionadas à execução do objeto da licitação;
- g) Que não possui, na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- h) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- i) Cumpre a reserva de cargos para aprendiz;
- j) Que se enquadra como ME/EPP nos termos da legislação vigente (se for o caso). segue a declaração conforme anexo IV desse edital.
- k) Declaração de que não possui impedimento legal para contratar com o poder público.
- l) Declaração de inexistência de vínculo funcional que gere impedimento (conflito de interesses – Lei 14.133/21).

3.4. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a comissão de contratação aceitará como válida as expedidas até 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão.

3.5. Quando da análise da documentação, a comissão de contratação deve levar em consideração que eventuais desatendimentos de exigências meramente formais, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará o afastamento do licitante ou a invalidação do processo.

3.6. A comissão de contratação sempre que tiver dúvidas acerca da autenticidade da documentação ou de seu conteúdo deverá promover diligências a fim de dirimir e esclarecer a documentação, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



3.7. A comissão de contratação, poderá ainda realizar diligências, no sentido de confirmar a validade de documentos que tenham expirado após a data de recebimento dos documentos, por meio eletrônico ou solicitação de informações ao órgão emissor, devendo consignar em ata quais as diligências realizadas.

3.8. O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos neste edital será credenciado pelo órgão ou pela entidade credenciam-te, com a possibilidade de, no interesse da administração, ser convocado para executar o objeto.

3.9. Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins de assinatura de contrato ou outro instrumento hábil.

3.10. *Do Procedimentos de verificação do Documentos de Habilitação:*

3.10.1. A habilitação será verificada pelos agentes de contratação.

3.10.2. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, exceto em sede de diligência, para:

I – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

II – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

3.10.3. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

3.10.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3.10.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006.

4. DO PRAZO DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO LICITANTE

4.1. A documentação apresentada pelo licitante, nos termos do item 3 deste Edital será analisada pela comissão de contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento, sendo que o resultado da análise deverá ser consignado em ata e divulgado por meio eletrônico aos licitantes e publicado nos Diários Oficiais dos Municípios do Estado do Amazonas e Diário Oficial da União.

4.2. Constatado que o licitante atende as exigências do edital, a comissão de contratação procederá ao credenciamento do proponente.

5. DO CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA E ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

5.1. A contratação ocorrerá de forma paralela e não excludente.

5.1.1. Não sendo possível a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados em período ordinário, será adotado a ordem cronológica da entrega dos documentos, com critério objetivo de distribuição da demanda.

5.2. Os credenciados apenas terão mera expectativa de contratação.

6. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

6.1. Após o recebimento e análise da documentação apresentada pelos licitantes, o agente de contratação procederá a elaboração da lista de credenciados, que deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado do Municípios do Estado do Amazonas e no Diário Oficial da União.



7. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

7.1.1. A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

7.1.2. Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado no Portal da Transparência.

7.1.3. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.

7.1.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal da Transparência.

7.2. Após a decisão sobre a habilitação, o licitante deverá manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, através de ofício ou meios oficiais e protocolar na sede do Prédio da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, ou no email: comissao municipaldelicitacao25@gmail.com;

7.2.1. O interessado poderá apresentar a razões recursais, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua manifestação de intenção de recorrer.

7.2.2. O recurso será dirigido a comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

7.2.3. A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

8. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após divulgação da lista de credenciados, Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

8.1.1. A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, decreto federal nº 11.878/2024 e no edital de credenciamento.

8.1.2. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado será de 05 (cinco) dias corridos, após a convocação encaminhada pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM.

8.1.3. O prazo de que trata o subitem 8.1.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

8.2. Previamente a assinatura do Termo de Credenciamento, a comissão de contratação deverá verificar a regularidade fiscal do credenciado, realizar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), a fim de atestar a manutenção das condições de habilitação do credenciado.

9. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A atualização dos Preços será realizada de acordo com o disposto no item 1.4 do Anexo I – Termo de Referência.

10. DO DESCREDENCIAMENTO



10.1. As hipóteses descredenciamento são as seguintes:

- a) pedido formalizado pelo credenciado;
- b) perda das condições de habilitação do credenciado;
- c) descumprimento injustificado do contrato pelo credenciado; e
- d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

10.1.1. O pedido de descredenciamento de que trata a letra “a” não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes, devendo o pedido ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

10.1.2. Nas hipóteses previstas nas letras “b” e “c”, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade.

10.2. Se houver a efetiva entrega do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

10.3. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso pela autoridade superior, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

11. DAS SANÇÕES

11.1. Os credenciados, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação durante o certame;

11.2.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de vigência do credenciamento.

11.2.2.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.2.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa.

11.2.4. fraudar o credenciamento.

11.2.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.2.5.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

11.2.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento.

11.2.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.3.1. advertência;

11.3.2. multa;

11.3.3. impedimento de licitar e contratar; e

11.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



- 11.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 11.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.5.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 11.5.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.2.3, 11.2.4, 11.2.5 e 11.2.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1 e 11.2.2., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.2.3, 11.2.4, 11.2.5 e 11.2.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 11.9.** A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DAS SANÇÕES

- 12.1.** O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, no Portal da Transparência do Município de Atalaia do Norte/AM.
- 12.2.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Atalaia



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



do Norte/AM.

12.3. Durante a análise da documentação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.4. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.7. Da sessão de análise dos documentos para o credenciamento será registrada em Ata.

12.8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.8.1. ANEXO I – Termo de Referência;

12.8.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.8.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

12.8.3. ANEXO III - Declaração consolidada.

12.8.4. ANEXO IV - Modelo de Requerimento de Participação.

Atalaia do Norte/AM, 21 de Novembro de 2025.

CASSIANE MELO CANDIDO

Agente de Contratação
Decreto nº 031/GP/2025

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA

Prefeito Municipal de Atalaia do Norte/AM



Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM
Rua Augusto Luzeiro, 65, Centro
CEP: 69650-000



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA E PEDIATRIA, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS AMBULATORIAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, CONFORME AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



TERMO DE REFERÊNCIA

Torna-se público que o município de Atalaia do Norte/AM, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizará o credenciamento, na hipótese do ART. 6º, inciso XLIII, Art. 78 inciso I e Art.79 inciso I, II, III, e parágrafo único, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e demais legislações vigentes.

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1.1. CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA E PEDIATRIA, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS AMBULATORIAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, CONFORME AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

1.2. TABELA DE ITENS:

ITEM	OBJETO	UND/TIPO	QUANT	MÉDIA UNI	MÉDIA TOTAL
1	CONSULTA MÉDICA GINECOLOGISTA/OBSTETRÍCIA	SERVIÇO	480	R\$ 353,84	R\$ 169.841,60
2	CONSULTA MÉDICA PEDIATRA	SERVIÇO	480	R\$ 253,40	R\$ 121.632,00
MÉDIA GLOBAL				R\$ 607,24	R\$ 291.473,60

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

- 1.4. A contratação do objeto deste credenciamento é caracterizada como serviço comum, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. Considerando o objeto desse termo a serem credenciados, as Secretarias requisitantes remunerarão os credenciados, usando como base os preços médios registrados na tabela formada com base em cotações realizada no mercado local.
- 1.6. Os credenciados deverão, obrigatoriamente, consultar presencialmente no município de Atalaia do Norte/AM, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.7. O credenciamento terá como vigência o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do Edital, permanecendo o mesmo aberto ao ingresso de novos credenciados.
 - 1.7.1.1. A Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte -AM poderá prorrogar o prazo de vigência do presente edital de credenciamento, por até 10 (dez) anos, devendo realizar a publicação de extrato, informando a manutenção do Edital de Credenciamento para ingresso de novos credenciados.
- 1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 1.7.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que o objeto se refere a insumo indispensável para a continuidade do serviço público, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Atalaia do Norte/AM apresenta demanda crescente por consultas médicas especializadas nas áreas de **Ginecologia e Pediatria**, essenciais para a manutenção da atenção básica e especializada, conforme diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A atual capacidade assistencial do Município é insuficiente para atender à demanda reprimida, resultando em atrasos significativos no acesso dos pacientes a consultas essenciais, agravando quadros clínicos que poderiam ser resolvidos com atendimento oportuno.
- 2.2. O Município possui contrato vigente destinado à **prestação de serviços médicos em regime de plantão**, direcionado ao atendimento emergencial e contínuo. Entretanto, o objeto desse contrato é **substantivamente distinto** da presente necessidade, uma vez que o plantão médico abrange



assistência imediata, emergencial e continuada, enquanto o credenciamento que ora se pretende formalizar refere-se a **consultas ambulatoriais eletivas**, com foco no diagnóstico, acompanhamento e tratamento especializado de pacientes.

2.3. Assim, **não há fracionamento de despesa**, pois os serviços de plantão e de consultas especializadas possuem natureza, finalidade e metodologia de execução completamente diferentes. O entendimento está alinhado à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que reconhece que o fracionamento somente ocorre quando objetos idênticos ou semelhantes são indevidamente fragmentados com o intuito de afastar o processo licitatório, o que não se verifica no presente caso.

2.4. A escolha pelo **credenciamento**, previsto nos arts. 6º, XLIII; 74; e 78, §1º e §2º da Lei nº 14.133/2021, mostra-se a forma mais adequada para atender ao interesse público, permitindo:

- A **contratação simultânea e não excludente** de todos os profissionais que atendam aos requisitos técnicos, éticos e legais;
- A ampliação da rede assistencial, reduzindo filas e tempos de espera;
- A remuneração uniforme e transparente, garantindo isonomia entre os credenciados;
- A continuidade do atendimento à população, mesmo em caso de afastamento ou indisponibilidade de um profissional.

2.5. Além disso, o credenciamento é instrumento amplamente recomendado pela Administração Pública e pela jurisprudência do TCU para serviços de saúde, especialmente quando há necessidade de **ampliar a oferta e assegurar flexibilidade operacional**, características essenciais para a adequada prestação de serviços médicos.

2.6. A contratação é indispensável para garantir o adequado atendimento da população, reduzir demandas reprimidas, cumprir metas sanitárias municipais e dar efetividade às ações de prevenção e promoção da saúde, em conformidade com o Plano Municipal de Saúde e com os princípios da universalização e integralidade previstos na legislação do SUS.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TOPO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste termo de referência.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Técnicos

- 4.1. Profissionais habilitados, pessoas físicas ou jurídicas, devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado do Amazonas.
- 4.2. Comprovação de título de especialista ou certificado de conclusão de residência médica em:
 - 4.2.1. Ginecologia e Obstetrícia;
 - 4.2.2. Pediatria;
 - 4.2.3. Experiência compatível com a função, comprovada por meio de:
 - 4.2.4. Declarações de serviços prestados;
 - 4.2.5. Certidões;
 - 4.2.6. Contratos anteriores para atestar a capacidade técnica.
 - 4.2.7. Capacidade de atendimento em consultas ambulatoriais, com cumprimento dos protocolos clínicos e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. Requisitos Operacionais

- 4.2.1. Disponibilidade de agenda e capacidade de atendimento conforme a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 4.2.2. Execução dos atendimentos nas **unidades básicas de saúde municipais** ou outros estabelecimentos indicados pela Administração.
- 4.2.3. Registro adequado das consultas em sistemas ou formulários fornecidos pela Secretaria.
- 4.2.4. Emissão de relatórios, encaminhamentos e prescrições conforme normas vigentes.
- 4.2.5. Atendimento humanizado, com observância das normas éticas e protocolos do SUS.

4.3. Requisitos Administrativos

- 1. Comparecimento ao chamamento público e apresentação da documentação exigida.
- 2. Aceitação expressa dos **valores fixados pelo Município**, conforme pesquisa de preços constante do processo administrativo.
- 3. Assinatura do **Termo de Credenciamento** e cumprimento integral das condições previstas no edital.



4. Enquadramento nas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, quando aplicáveis.
5. Manutenção da regularidade ao longo de toda a vigência do credenciamento.

3.4 Requisitos Legais

1. Observância dos dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente:
 - Art. 6º, XLIII – conceito de credenciamento;
 - Art. 74 – contratações diretas e chamamentos públicos;
 - Art. 78 – regras específicas para credenciamento.
2. Cumprimento das normas sanitárias, éticas e regulatórias:
 - Código de Ética Médica;
 - Diretrizes do Conselho Federal de Medicina;
 - Regras da Vigilância Sanitária;
 - Normas de proteção de dados (LGPD).
3. Manutenção das condições de habilitação durante toda a execução da prestação de serviços.
4. Observância dos princípios administrativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e planejamento.

3.5 Requisitos Essenciais para Aceitação no Credenciamento

Para ser credenciado, o profissional deverá:

- Atender integralmente aos requisitos técnicos;
- Encaminhar toda a documentação exigida;
- Concordar com as condições e valores estabelecidos no edital;
- Demonstrar capacidade de atendimento regular e contínuo;
- Estar regular perante os órgãos fiscalizadores e de classe.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



- 5.1. A prestação dos serviços será realizada conforme demanda da Secretaria demandante.
- 5.2. O objeto será executado de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Secretarias demandantes.
- 5.3. As quantidades consideradas no quadro de quantidades e custos visam somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação do potencial de fornecimento. Estas quantidades, não constituem sob nenhuma hipótese, garantia de volume de produto a ser requisitado.
- 5.4. O Credenciamento poderá ser feito a qualquer tempo, ficando os interessados cientes das condições previstas neste Termo de Referência e o Edital.
- 5.5. A Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM promoverá a rotatividade dos abastecimentos, de acordo com o número de empresas credenciadas e de acordo com as suas necessidades, tendo em vista a demanda regular de viagens.
- 5.6. Não será aceito a execução de serviços em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei no 14.133, de 2021 e no Decreto Federal no 11.878/2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei no 14.133/2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal do Contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições nela estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade do contratado e nem confere ao contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos no fornecimento dos produtos.

6.9. O contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com este Termo de Referência.

6.9.1. O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devendo os novos produtos serem entregues sem qualquer ônus para Contratante.

6.9.2. Caso a substituição não ocorra em até 48 (quarenta e oito) horas, ou no caso do novo produto também ser rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de sanções.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com



vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento



7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei no 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação



7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME no 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



Prazo de Pagamento

7.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de Pagamento

7.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de credenciamento de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso IV, da Lei no 14.133/2021.

Forma de Fornecimento do Serviço

8.2. O serviço prestado de forma unitária por consulta médica.

Exigências de habilitação



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Consulta ao SICAF e se está cadastrado de fornecedores da PMI;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

Nota explicativa¹: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5.2. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



8.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.11. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

8.13. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.15. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.16. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 1971;

8.17. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.18. Os documentos acima deverão estar acompanhados do ato de constituição e de todas as alterações ou da última consolidação respectiva

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; Comprovante de inscrição estadual da sede do licitante;

8.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;



8.23. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

8.24. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei no 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita

Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei no 14.133, de 2021, art. 65, §1o).



8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – **Atestado de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com a sua especialidade médica, válida neste edital para Ginecologista e Pediatra.

8.31. O (s) Atestado (s) deverão comprovar a boa e regular execução do serviço ao objeto do Edital e seus anexos;

8.32. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

8.33. A licitante deverá apresentar Licença Sanitária em vigência, emitida por entidade pública municipal ou estadual. Quando não houver indicação de prazo de validade pelo emissor do documento, serão consideradas válidas licenças emitidas a partir de 2024. Em caso de licenças emitidas antes desse prazo, apresentar documento autenticado que ateste a validade da licença, emitido pela instituição pública responsável.

8.34. Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES .

Declarações consolidada a apresentar:

8.35. Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.36. Que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

8.37. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.38. Que não está impedida de participar de licitação, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;

8.39. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



Constituição Federal;

8.40. Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relacionadas à execução do objeto da licitação;

8.41. Que não possui, na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

8.42. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;

8.43. Cumpre a reserva de cargos para aprendiz;

8.44. Que se enquadra como ME/EPP nos termos da legislação vigente (se for o caso).

8.45. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a comissão de contratação aceitará como válida as expedidas até 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão.

8.46. Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico- financeira;

8.47. Que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.48. A inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;

8.49. Para fins de atendimento ao que consta do Edital do CREDENCIAMENTO da Prefeitura de Atalaia do Norte/AM, que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer os equipamentos com as especificações e qualidade; 8.26. Conforme o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

8.49.1. A proposta apresentada para participar do CREDENCIAMENTO, foi elaborada de maneira independente pela LICITANTE, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente,



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

8.49.2. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do CREDENCIAMENTO não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente Pregão Presencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

8.49.3. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial, quanto a participar ou não da referida licitação;

8.49.4. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do credenciamento não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do credenciamento antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

8.49.5. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do credenciamento não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Atalaia do Norte/AM, antes da abertura oficial das propostas; e

8.49.6. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

8.50. Quando da análise da documentação, a comissão de contratação deve levar em consideração que eventuais desatendimentos de exigências meramente formais, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará o afastamento do licitante ou a invalidação do processo.

8.51. A comissão de contratação sempre que tiver dúvidas acerca da autenticidade da documentação ou de seu conteúdo deverá promover diligências a fim de dirimir e esclarecer a documentação, nos termos do art. 64 da Lei Federal no 14.133/2021.

8.52. A comissão de contratação, poderá ainda realizar diligências, no sentido de confirmar a validade de



documentos que tenham expirado após a data de recebimento dos documentos, por meio eletrônico ou solicitação de informações ao órgão emissor, devendo consignar em ata quais as diligências realizadas.

8.53. O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos neste edital será credenciado pelo órgão ou pela entidade credenciam-te, com a possibilidade de, no interesse da administração, ser convocado para executar o objeto.

8.54. Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins de assinatura de contrato ou outro instrumento hábil.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIVATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. As despesas decorrentes da execução desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária correspondente a entidade solicitante no exercício 2025.

Unidade: 04.01.01 – Fundo Municipal de Saúde

Classificação Funcional: 10302 0052 2050 0000 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC

Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

Fonte Pagadora: 600 - Recursos Próprios, 621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual;

Em cumprimento ao que determina o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaramos que a despesa está adequada à Lei Orçamento, ao Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião da contratação direta, por meio da inexigibilidade, nos termos do art. 74, inc. I, da Lei no 14.133/2021.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

10.2. Indicar os dados pessoais do representante que será o preposto da CONTRATADA; Assinar o instrumento contratual;

10.3. Disponibilizar os telefones e correio eletrônico para contato em caso de necessidade, comunicando à CONTRATANTE quaisquer alterações;

10.4. Fornecer os itens contratados, sempre observando as especificações técnicas, os prazos e condições gerais fixadas no TERMO DE REFERÊNCIA, PROPOSTA COMERCIAL, EDITAL DA LICITAÇÃO E CONTRATO;

10.5. Providenciar a substituição dos itens que apresentem desconformidade com as especificações técnicas pactuadas;

10.6. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

10.7. Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento dos itens fornecidos e aceitos, conforme fixado neste Termo de Referência;

10.8. Cumprir tempestiva e integralmente as determinações da gestão/fiscalização da execução do Contrato, inclusive observando os prazos fixados;

10.9. Realizar outras obrigações contidas neste Termo de Referência, visando garantir a eficácia da presente contratação.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

11.2.1. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta;



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

- 11.2.1. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura do instrumento contratual;
- 11.2.2. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;
- 11.2.3. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no instrumento contratual, e registrá-las no SICAF; e
- 11.2.4. Efetuar o registro do ADJUDICATÁRIO e convocá-lo para a assinatura do instrumento contratual;
- 11.2.5. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços contratados;

11.7. Definir mecanismos de comunicação com as Seções Judiciárias envolvidas, contendo:

- a) as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- b) definição dos eventos a serem reportados ao órgão licitador, com a indicação de prazo e responsável.

11.8. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), observando, dentre outros:

- a) a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- b) as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos órgãos onde serão prestados os serviços, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e
- c) as regras para a substituição da solução contratada em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

11.9. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

11.10. Emitir solicitação de fornecimento dos itens, objeto deste Termo de Referência, a partir da demanda da Instituição, formalizando a respectiva contratação;

11.11. Receber os itens fornecidos pela(s) fornecedor(s) contratada(s), segundo as quantidades, especificações e **condições** contidos neste TR, bem como nas referências indicadas na(s) respectiva(s) PROPOSTA(S) e contidos na ARP, **recusando** imediatamente todo aquele que estiver **desconforme**;

11.12. Prover condições que possibilitem o recebimento dos itens contratados;

11.13. Solicitar, sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção, adequação ou substituição de itens fornecidos pela CONTRATADA que apresentem não conformidade de especificação;

11.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo as regras e condições contidas neste TR, na ARP, no Edital da Licitação e, no que couber, na respectiva proposta comercial da CONTRATADA;

11.15. Instituir o acompanhamento efetivo e permanente da ARP, bem como da execução do CONTRATO, nos termos da legislação vigente;

11.16. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio do representante regularmente credenciado e pelos canais formais indicados pelas partes;

11.17. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o recebimento e aceitação ("ATESTO") dos itens fornecidos, e o cumprimento de todas as formalidades legais e contratuais previstas;

11.18. Apurar, por meio de processo administrativo, a responsabilidade em casos de eventuais descumprimentos das obrigações contratuais e legais, aplicando à CONTRATADA as sanções cabíveis e comunicando ao ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

11.19. Exigir que o gestor e o(s) fiscal(is) exerça(m) efetivamente suas atribuições, dando eficácia à presente contratação, como também que se relacionem sempre formalmente com a CONTRATADA, por meio de seu Preposto regularmente credenciado, procedendo ao devido registro no respectivo processo administrativo de gestão contratual;

11.20. Realizar eventuais retenções ou glosas de valores, como também ajustes de pagamentos, em decorrência do não cumprimento do contrato;

11.21. Comunicar, por meio de correio eletrônico, eventuais desconformidades técnicas de itens recebidos para fins de correção, garantindo-se o contraditório;



- 11.22. Não permitir que terceiros não autorizados pela CONTRATADA intervenham nos produtos durante o prazo de garantia ou suporte.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Serão aplicadas as sanções administrativas nos casos previstos nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 007/GP/2024, sendo submetidas à análise da Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA;

18.2 O eventual valor contratado será fixo e irrevogável;

18.3 Eventuais alterações contratuais, quanto ao valor contratado, reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

18.4 Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos de acordo com o que dispõe o Edital de Licitação e demais legislações complementares que versem sobre o assunto.

14. FORO

14.1. Para dirimir questões oriundas do eventual ajuste firmado, será competente o foro da Comarca do município de Atalaia do Norte/AM, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



21. ELABORAÇÃO DO TR

Atalaia do Norte/AM, 06 de Outubro de 2025.

Equipe responsável pela elaboração do TR:

ANDERSON JERRY SOUZA GOES

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 003/GP, DE 02 DE ABRIL DE 2025

Aprovado:

RONALDO CALDAS DA SILVA MARICAUA

Procurador Geral do Município

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº XXX/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA E PEDIATRIA, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS AMBULATORIAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, CONFORME AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

EIXO I – DA NECESSIDADE

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A Secretaria Municipal de Saúde de **Atalaia do Norte/AM** identificou a necessidade de ampliar a oferta de **consultas médicas especializadas** nas áreas de **Ginecologia e Pediatria**, tendo em vista a crescente

36



Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM
Rua Augusto Luzeiro, 65, Centro
CEP: 69650-000



demanda da população por atendimentos de média complexidade, que não são devidamente supridos pela atual estrutura da rede municipal.

- 1.2. O Município dispõe, atualmente, de contrato vigente para **prestação de serviços médicos plantonistas**, voltado ao **atendimento hospitalar e de pronto atendimento**, de natureza emergencial e contínua. Todavia, as **consultas ambulatoriais eletivas** exigem atendimento diferenciado, com profissionais especializados, agendas programadas e acompanhamento clínico individualizado — características que **não se enquadram no regime de plantão hospitalar**.
- 1.3. Nos últimos meses, verificou-se o aumento do número de encaminhamentos para atendimentos especializados, especialmente nas referidas áreas médicas, motivado pelo crescimento populacional, intensificação das ações de atenção básica e necessidade de continuidade do cuidado de pacientes com diagnósticos que demandam avaliação especializada. Essa situação resultou em **filas de espera consideráveis** e em dificuldades no acesso da população aos serviços de média complexidade, comprometendo a efetividade da atenção à saúde.
- 1.4. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a **contratação de profissionais médicos especializados**, pessoas físicas ou jurídicas, para realização de **consultas ambulatoriais**, de modo a atender com eficiência e regularidade as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.5. O **credenciamento**, como procedimento auxiliar da licitação previsto no **art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, apresenta-se como a **solução mais adequada**, permitindo que diversos profissionais interessados possam ser credenciados e convocados conforme a necessidade da Administração, assegurando isonomia, continuidade e transparência na prestação do serviço.
- 1.6. Ressalta-se que a contratação ora proposta **não se confunde com o contrato de plantões existente**, pois trata de **objeto distinto**, tanto na natureza do serviço quanto na forma de execução e remuneração. Assim, não há configuração de fracionamento de despesa, mas sim a **divisão legítima de objetos de naturezas diferentes**, conforme entendimento consolidado nos tribunais de contas.
- 1.7. A medida visa garantir o **atendimento humanizado, ágil e resolutivo** à população, fortalecendo a rede de atenção básica e especializada, contribuindo para a **redução de deslocamentos** para outros municípios e para a **eficiência do sistema de saúde local**.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

2.1. O quadro abaixo demonstra a somatória dos quantitativos de cada tipo de serviço que as Secretarias apresentaram para atendimento de suas necessidades no decorrer do ano:



OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA E PEDIATRIA, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS AMBULATORIAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, CONFORME AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ITEM	OBJETO	SICAT	UND/TIPO	QUANTIDADE DE CONSULTAS (ANO)
1	CONSULTA MÉDICA GINECOLOGISTA/OBSTETRÍCIA	3566	SERVIÇO	480
2	CONSULTA MÉDICA PEDIATRA	3567	SERVIÇO	480

2.2. A estimativa da quantidade necessária dessa contratação é fundamentada em uma análise cuidadosa da média de consumo registrada nos anos anteriores, considerando também as variações sazonais e as características operacionais.

2.3. Essa abordagem baseada em dados históricos e análises detalhadas permite uma projeção confiável e realista da quantidade de serviços, requerida para manter a operacionalidade de forma eficiente e econômica, contribuindo assim para o planejamento estratégico e a gestão eficaz dos recursos da Prefeitura.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a adequada execução dos serviços pretendidos e o alcance dos resultados esperados, são necessários e suficientes os seguintes **requisitos técnicos, operacionais e legais**, que justificam a escolha do **credenciamento** como forma de contratação:



3.2. Requisitos técnicos do objeto

- 3.2.1. Disponibilidade de **profissionais médicos devidamente habilitados** e com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- 3.2.2. Titulação comprovada nas especialidades de **Ginecologia ou Pediatria**;
- 3.2.3. Capacidade técnica e experiência comprovada em atendimentos ambulatoriais;
- 3.2.4. Atendimento às normas sanitárias e protocolos clínicos da Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.2.5. Realização das **consultas ambulatoriais eletivas** mediante agendamento, respeitando as diretrizes do SUS e o fluxo de encaminhamentos municipais, sendo disponibilidade para atendimento dentro das unidades básicas de saúde do município.
- 3.2.6. Emissão de relatórios e registros clínicos, garantindo rastreabilidade acompanhamento dos pacientes;
- 3.2.7. Comprometimento com metas de produtividade e qualidade assistencial definidas pelo gestor municipal.

3.3. Requisitos operacionais e administrativos

- 3.3.1. Necessidade de garantir **continuidade e abrangência territorial** dos atendimentos, incluindo zonas urbana e rural;
- 3.3.2. Flexibilidade na **distribuição de atendimentos** entre os profissionais credenciados, conforme a demanda e a disponibilidade de agenda;
- 3.3.3. Possibilidade de **credenciar múltiplos prestadores**, permitindo ampla cobertura e evitando desassistência em períodos de maior demanda;
- 3.3.4. Remuneração **por consulta efetivamente realizada**, mediante comprovação de atendimento e relatório técnico;
- 3.3.5. Controle e fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, observando indicadores de desempenho e satisfação dos usuários.

3.4. Requisitos legais e justificadores da escolha do credenciamento

- 3.4.1. O **credenciamento** é previsto como **procedimento auxiliar da licitação no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, sendo aplicável quando a Administração necessita contratar diversos prestadores de serviço que atendam às condições e valores previamente estabelecidos;



- 3.4.2. A escolha do credenciamento decorre da **impossibilidade de competição exclusiva** por preço, uma vez que a execução dos serviços depende da **disponibilidade e agenda de cada profissional**, além da natureza pessoal da prestação médica;
- 3.4.3. O credenciamento assegura **isonomia, transparência e economicidade**, permitindo que qualquer interessado que atenda aos requisitos do edital possa ser contratado, conforme a necessidade do Município;
- 3.4.4. Garante a **ampla participação de profissionais locais e regionais**, evitando descontinuidade dos serviços e fortalecendo a rede de saúde pública municipal;
- 3.4.5. A opção pelo credenciamento está **alinhada às boas práticas administrativas** reconhecidas pelos Tribunais de Contas e pela jurisprudência atual, que recomendam tal modelo para contratações de serviços assistenciais e de saúde, em substituição a contratações diretas reiteradas por dispensa de licitação.

3.5. Requisitos de resultado esperado

- 3.5.1. Aumento da oferta e acessibilidade a consultas especializadas no município;
- 3.5.2. Redução de filas de espera e tempo de agendamento;
- 3.5.3. Melhoria nos indicadores de atenção básica e resolutividade do sistema de saúde;
- 3.5.4. Redução de encaminhamentos para outros municípios;
- 3.5.5. Otimização de recursos públicos, com pagamento apenas por atendimentos efetivamente realizados.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Com o objetivo de estimar o valor de referência para a contratação e garantir a adequada fundamentação da proposta administrativa, foi realizado **levantamento de preços de mercado**, observando-se os princípios da economicidade, transparência e eficiência previstos na **Lei nº 14.133/2021**, especialmente em seus arts. 18, §1º, inciso IV e 23.

4.2. A pesquisa de preços foi conduzida por meio de **duas fontes complementares**:



- 4.2.1. **Plataforma LicitaNet** – sistema de gestão pública e de compras governamentais **vinculado ao Governo Federal**, utilizado por diversos entes públicos municipais e estaduais, o qual disponibiliza dados de contratações efetivamente realizadas, atas de registros de preços e cotações atualizadas de mercado. A consulta foi realizada com base em contratações recentes de serviços médicos especializados, filtrando-se registros correspondentes às especialidades de **Ginecologia ou Pediatria**. A plataforma oferece transparência e credibilidade às informações, possibilitando a identificação de valores praticados em licitações similares em todo o território nacional.
- 4.2.2. **Cotações junto a fornecedores e profissionais locais** – foram também coletadas **propostas de profissionais médicos atuantes na região** e de **clínicas estabelecidas no Município de Atalaia do Norte/AM e municípios vizinhos**, com o intuito de aferir os preços praticados localmente e ajustar a estimativa de valor à realidade regional. Essa abordagem visa contemplar as **especificidades de logística, deslocamento e disponibilidade profissional** características da região amazônica, garantindo que a base de valores utilizada seja compatível com as condições locais de execução dos serviços.
- 4.3. As informações obtidas permitiram a **formação de uma média ponderada de preços por consulta**, assegurando **parâmetro técnico e transparente** para definição da remuneração máxima a ser adotada no edital de credenciamento.
- 4.4. O procedimento adotado atende integralmente às orientações contidas no **Guia de Boas Práticas de Pesquisa de Preços da Administração Pública** (TCU, 2021), garantindo a observância dos princípios da **economicidade, competitividade e publicidade**, previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. SOLUÇÃO

5.1. Após análise das alternativas disponíveis para a contratação dos serviços de **consultas médicas especializadas em Ginecologia e Pediatria**, concluiu-se que a **modalidade de credenciamento** representa



a **solução mais eficiente, econômica e juridicamente segura** para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Atalaia do Norte/AM.

5.1.1. Licitação tradicional (pregão ou concorrência):

Embora seja procedimento competitivo amplamente utilizado, sua aplicação mostra-se **incompatível com a natureza do serviço médico especializado**, pois a execução depende da **disponibilidade individual do profissional** e de sua **relação direta com o paciente**, não sendo possível determinar um único vencedor para atender toda a demanda. Além disso, o caráter pessoal e técnico do atendimento inviabiliza a competição estrita por preço, tornando a licitação convencional menos eficiente nesse contexto.

5.1.2. Inexigibilidade de licitação (art. 74, III, Lei nº 14.133/2021):

A inexigibilidade pressupõe **singularidade do objeto e notória especialização do contratado**, o que não se aplica ao presente caso, uma vez que as especialidades médicas de Ginecologia e Pediatria são amplamente ofertadas no mercado, existindo **plena possibilidade de credenciar diversos profissionais** habilitados. O uso da inexigibilidade, portanto, seria inadequado e juridicamente arriscado, podendo ser questionado pelos órgãos de controle.

5.1.3. Dispensa de licitação (art. 75, I e II):

A dispensa por valor é cabível apenas quando o montante da contratação se enquadra nos limites legais, o que **não se aplica** à natureza contínua e variável dos atendimentos médicos especializados. Além disso, a realização de contratações repetidas por dispensa poderia configurar **fracionamento indevido de despesa**, o que a Administração pretende expressamente evitar.

5.1.4. Credenciamento (art. 79, II, Lei nº 14.133/2021):

O credenciamento se apresenta como **procedimento auxiliar da licitação**, apropriado quando há **necessidade de contratar múltiplos prestadores** para a execução de serviços padronizados, com condições e valores previamente definidos pela Administração.

Essa modalidade garante **ampla publicidade, isonomia e transparência**, permitindo que **qualquer interessado que atenda às exigências do edital** possa ser credenciado e prestar serviços conforme a demanda da Secretaria.

Além disso, assegura **continuidade do atendimento**, flexibilidade na distribuição de consultas e **pagamento apenas pelos serviços efetivamente realizados**, atendendo aos princípios da **eficiência, economicidade e interesse público**.



5.2. Fundamentação legal e alinhamento jurisprudencial

5.2.1. O art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 prevê expressamente o **credenciamento** como forma de seleção de profissionais ou entidades para prestação de serviços à Administração, aplicável quando:

- Não há competição direta entre os interessados;
- Há pluralidade de prestadores aptos a executar o mesmo serviço; e
- As condições de contratação são previamente fixadas pelo Poder Público.

5.2.2. Os **Tribunais de Contas**, em especial o TCU e o TCE-AM, reconhecem o credenciamento como o instrumento adequado para contratações de **serviços assistenciais e médicos**, pois possibilita o atendimento contínuo e descentralizado da população, sem violar os princípios da licitação e sem configurar fracionamento de despesa.

5.3. Diante do exposto, a **solução escolhida** consiste na **realização de procedimento de credenciamento de profissionais médicos especializados em Ginecologia e Pediatria**, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação de **serviços de consultas ambulatoriais** à Secretaria Municipal.

- Garantir **atendimento eficiente e humanizado** à população;
- **Aumentar a capacidade de oferta** de consultas especializadas;
- **Evitar descontinuidade** dos serviços de saúde;
- **Respeitar os princípios** da legalidade, economicidade, isonomia e impessoalidade; e
- **Mitigar riscos** de questionamentos pelos órgãos de controle, assegurando a plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa de quantidade e valor tem por objetivo dimensionar o custo global da contratação, conforme previsto no art. 18, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, servindo como base para definição do **valor máximo de referência e planejamento orçamentário da Secretaria Municipal de Saúde**.



6.2. Critérios utilizados

6.2.1. O dimensionamento da demanda foi elaborado a partir do **histórico de atendimentos** da rede municipal de saúde de Atalaia do Norte/AM, associado à **necessidade crescente de consultas especializadas** identificada nas Unidades Básicas de Saúde e nos registros de encaminhamentos da atenção básica.

A **quantidade anual estimada** de consultas foi definida com base na capacidade de atendimento atual e na projeção de aumento da cobertura assistencial, conforme segue:

Os valores unitários são estimativos, obtidos a partir de **pesquisa de mercado realizada na plataforma pública “LicitaNet”**, vinculada ao Governo Federal, e **cotações diretas com prestadores locais e regionais**, conforme planilha de levantamento anexa. O valor médio foi calculado considerando a mediana dos preços praticados, em conformidade com o disposto no **art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021**, que orienta a Administração a utilizar fontes oficiais e parâmetros de mercado para fixação do valor de referência.

6.3. Observações sobre a metodologia de cálculo

- O valor total estimado **R\$ 291.473,60 (Duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta centavos)** não representa gasto fixo, mas sim **limite máximo potencial de execução**, uma vez que os pagamentos decorrerão **exclusivamente dos serviços efetivamente prestados**, mediante comprovação de atendimentos realizados.
- A estimativa foi elaborada com base em **necessidade real de atendimento**, evitando qualquer indício de **superestimativa ou fracionamento indevido de despesa**, especialmente porque já existe um contrato vigente destinado exclusivamente à **prestação de serviços médicos plantonistas**, o qual **não se confunde** com a presente contratação de **consultas especializadas ambulatoriais**.
- Os valores poderão sofrer variação conforme a **demandas mensal e disponibilidade de profissionais credenciados**, respeitando os princípios da **eficiência e economicidade**.

6.4. Fundamentação legal

O levantamento e estimativa seguem os preceitos da **Lei nº 14.133/2021**, em especial:

- **Art. 18, inciso V** – que exige a estimativa de quantidades e custos no Estudo Técnico Preliminar;



- **Art. 23, §1º** – que orienta o uso de fontes oficiais e parâmetros de mercado para definição de valores de referência;
- **Art. 79, II** – que trata do credenciamento como procedimento auxiliar adequado para múltiplas contratações simultâneas.

6.5. Dessa forma, a estimativa apresentada **reflete a realidade de mercado e a necessidade de atendimento à população**, garantindo **planejamento orçamentário adequado e compatibilidade com os princípios da administração pública**.

7. JUSTIFICATIVA

7.1. A presente contratação tem por objetivo atender às demandas crescentes por consultas médicas especializadas nas áreas de Ginecologia e Pediatria no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Atalaia do Norte/AM, garantindo o acesso da população a serviços de atenção secundária de forma contínua, eficiente e descentralizada.

7.2. Necessidade do credenciamento

7.2.1. O Município possui atualmente um contrato vigente para serviços de médicos plantonistas, voltado exclusivamente à cobertura de plantões hospitalares e urgência/emergência, Contudo, a natureza do objeto ora proposto é distinta, pois trata-se de atendimentos ambulatoriais especializados, com caráter eletivo e programado, realizados mediante consultas individuais previamente agendadas. Desse modo, não há sobreposição entre os objetos nem fracionamento indevido de despesa, uma vez que cada contratação atende a finalidades distintas dentro da estrutura da rede municipal de saúde.

7.2.2. Além disso, a crescente demanda por atendimento especializado vem sendo registrada nas unidades de saúde municipais, com aumento expressivo de encaminhamentos pela atenção básica e longas filas de espera para atendimento em especialidades médicas específicas. Essa realidade compromete a efetividade do Sistema Único de Saúde (SUS) no município e impõe à Administração Pública a adoção de medidas concretas para ampliar a oferta de consultas especializadas.

7.3. Adequação da modalidade de contratação



7.3.1. Diante da natureza do objeto, a modalidade de credenciamento foi escolhida com base no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação de vários prestadores de serviços de forma simultânea, desde que atendam aos requisitos previamente estabelecidos em edital, sem necessidade de competição entre si.

7.4. Essa modalidade é amplamente reconhecida pelos Tribunais de Contas da União e dos Estados como a mais adequada para contratações de serviços de saúde e assistência médica, pois:

- Garante isonomia e transparência, permitindo que qualquer profissional habilitado possa se credenciar e prestar serviços ao Município;
- Evita monopolização de atendimento por um único fornecedor;
- Permite o pagamento apenas pelos serviços efetivamente prestados, assegurando eficiência e economicidade;
- Possibilita ampliação da rede assistencial conforme a demanda populacional.

7.5. Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário), o credenciamento é instrumento legítimo e eficaz para a contratação de serviços médicos quando há necessidade de pluralidade de prestadores, sendo vedada a competição direta entre os interessados.

7.6. Fundamentação legal e administrativa

- **Art. 11, inciso I, e Art. 18, incisos I e V, da Lei nº 14.133/2021**, que estabelecem o dever de planejamento e a necessidade de comprovação da viabilidade técnica e econômica da contratação;
- **Art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que prevê o credenciamento como procedimento auxiliar aplicável a serviços prestados de forma concorrente e não excludente;
- **Princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e supremacia do interesse público**, consagrados no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021** e no **art. 37 da Constituição Federal**;
- **Entendimentos do TCU e TCE-AM**, que reconhecem o credenciamento como forma legítima de ampliar a rede de atendimento do SUS sem infringir regras de licitação ou caracterizar fracionamento de despesa.

7.7. Conclusão

7.7.1. Portanto, a contratação por credenciamento de profissionais médicos especializados em Ginecologia e Pediatria é necessária, oportuna e juridicamente adequada, tendo em vista:



- A carência de profissionais especialistas na rede municipal de saúde;
- A demanda crescente por consultas eletivas;
- A incompatibilidade da modalidade de licitação tradicional com a natureza personalíssima dos serviços médicos;
- A garantia de legalidade e eficiência do modelo de credenciamento; e
- A ausência de fracionamento de despesa, visto que o contrato vigente de plantonistas tem objeto distinto e finalidade diversa.

Com isso, a solução proposta **assegura a continuidade e ampliação dos serviços de saúde**, observando a **Lei nº 14.133/2021** e as melhores práticas da Administração Pública contemporânea.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

8.1. Durante a análise da necessidade e do objeto proposto, foi identificada a existência de **contrato vigente no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde** relacionado à **prestação de serviços médicos plantonistas**, firmado anteriormente com fundamento legal e orçamentário próprio.

8.2. Tal contrato refere-se à **cobertura de plantões hospitalares e emergenciais**, voltados ao **atendimento contínuo em regime de plantão**, cuja natureza é **distinta e complementar** à prestação de **consultas ambulatoriais especializadas** ora pretendida.

8.3. Distinção dos objetos

- O **contrato de plantonistas** visa assegurar a **cobertura de urgência e emergência**, garantindo presença médica ininterrupta nas unidades hospitalares e pronto atendimento.
- O **credenciamento de especialistas**, por sua vez, objetiva a **realização de consultas eletivas e especializadas** (Ginecologia e Pediatria), voltadas ao acompanhamento clínico e à redução da fila de espera da atenção secundária.

Desse modo, não há sobreposição entre os objetos nem configuração de **fracionamento de despesa**, visto que cada contratação responde a **necessidades específicas e programas distintos de atendimento em saúde**.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



8.4. Relação com outras contratações da área de saúde

Além do contrato vigente de plantonistas, existem outras contratações relacionadas à manutenção da rede municipal de saúde, como:

- **Fornecimento de medicamentos e insumos hospitalares;**
- **Serviços laboratoriais e exames de apoio diagnóstico;**
- **Serviços de transporte de pacientes e manutenção de equipamentos médicos.**

8.5. Embora correlatas na área da saúde, tais contratações **não possuem vínculo direto** com o objeto ora estudado, uma vez que tratam de **apoio técnico e operacional** ao sistema, e não da **prestação direta de consultas médicas especializadas**.

8.6. Compatibilidade e integração com os contratos existentes

8.6.1. O credenciamento proposto **complementa os serviços já prestados** sob outros contratos da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo **maior resolutividade na atenção à população e redução da sobrecarga nos plantões hospitalares**, ao encaminhar os casos não urgentes para consultas especializadas eletivas.

8.6.2. Dessa forma, o presente credenciamento:

- **Integra-se de forma harmônica** à rede municipal de atendimento;
- **Evita duplicidade de objeto e sobreposição contratual;**
- **Não configura fracionamento indevido de despesa**, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e
- **Assegura transparência e racionalidade administrativa**, em conformidade com os arts. 11, 18 e 79 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Conclusão

8.7.1. Conclui-se que as contratações correlatas identificadas **não interferem nem conflitam** com o credenciamento ora proposto, mas **se complementam funcionalmente** para atender às diversas dimensões da política pública de saúde municipal.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO



Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM
Rua Augusto Luzeiro, 65, Centro
CEP: 69650-000



9.1. A presente contratação, que tem por objeto o **credenciamento de profissionais médicos especializados em Ginecologia e Pediatria**, encontra-se devidamente alinhada ao planejamento estratégico e orçamentário da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, bem como aos instrumentos de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando a coerência entre o planejamento, a execução orçamentária e as necessidades da população.

9.2. Vinculação aos instrumentos de planejamento municipal

9.2.1. Plano Plurianual (PPA 2022–2025), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2025), Lei Orçamentária Anual (LOA 2025).

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A presente contratação tem como resultado esperado a **ampliação da oferta de consultas médicas especializadas** no Município de Atalaia do Norte/AM, de forma planejada, contínua e eficiente, garantindo o acesso da população a serviços essenciais de saúde com qualidade e tempestividade.

10.2. Resultados operacionais e assistenciais

- 10.2.1. **Aumento da capacidade de atendimento ambulatorial especializado**, permitindo o agendamento e realização de aproximadamente **1.440 consultas anuais**, distribuídas entre as três especialidades médicas;
- 10.2.2. **Redução significativa da fila de espera por consultas eletivas**, especialmente nas áreas de maior demanda da atenção básica (saúde da mulher, saúde da criança e saúde ocular);
- 10.2.3. **Descentralização do atendimento especializado**, com possibilidade de realização das consultas em diferentes unidades de saúde, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Saúde;



10.2.4. **Melhoria na eficiência do fluxo de atendimento entre a atenção básica e a especializada**, reduzindo o número de encaminhamentos pendentes e agilizando diagnósticos e tratamentos;

10.2.5. **Aprimoramento da qualidade do serviço prestado à população**, mediante seleção de profissionais qualificados e remuneração proporcional ao serviço efetivamente executado.

10.3. Resultados de gestão e governança pública

10.3.1. **Maior eficiência na execução orçamentária**, uma vez que o pagamento será efetuado **somente pelos atendimentos efetivamente realizados**, evitando desperdício de recursos;

10.3.2. **Maior transparência e isonomia**, pois o credenciamento permite a participação de **todos os profissionais interessados** que atendam aos requisitos do edital, sem competição excludente;

10.3.3. **Fortalecimento da rede municipal de saúde**, com ampliação da cobertura e integração entre as unidades assistenciais;

10.3.4. **Conformidade com a Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto aos princípios da **legalidade, economicidade, planejamento e eficiência**;

10.3.5. **Redução de riscos administrativos e jurídicos**, eliminando a possibilidade de questionamentos por fracionamento de despesa ou ausência de competição, visto que o credenciamento é modalidade expressamente prevista na legislação.

10.4. Resultados sociais e de interesse público

10.4.1. **Acesso facilitado a consultas especializadas**, reduzindo deslocamentos e tempo de espera;

10.4.2. **Atendimento humanizado e qualificado**, prestado por profissionais de diferentes áreas médicas;

10.4.3. **Melhoria na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento de doenças**, com foco nas especialidades mais demandadas;

10.4.4. **Elevação dos índices de satisfação dos usuários do SUS municipal**, fortalecendo a confiança da população nos serviços públicos de saúde;

10.4.5. **Cumprimento do dever constitucional do Município** de garantir o direito à saúde, conforme o art. 196 da Constituição Federal.

10.5. Em síntese, os resultados pretendidos com a presente contratação abrangem melhorias concretas na qualidade, na eficiência e na abrangência dos serviços de saúde, além de avanços na governança pública e no uso racional dos recursos municipais.



10.5.1. Atender de forma ágil e eficaz às demandas da população;

10.5.2. Otimizar recursos financeiros e humanos;

10.5.3. Evitar lacunas no atendimento especializado; e

10.5.4. Cumprir integralmente as metas do Plano Municipal de Saúde, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios do planejamento público eficiente.

11. PROVIDÊNCIAS

11.1. **Formalização da Demanda pela Secretaria Municipal de Saúde**, mediante emissão de Documento de Oficialização da Demanda (DOD), contendo a justificativa, estimativa de custos, quantidade de consultas e demais elementos necessários, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

11.2. **Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, detalhando a necessidade da contratação, a solução mais adequada, a análise de mercado, a estimativa de quantidades e custos, bem como o alinhamento ao planejamento municipal.

11.3. **Realização de Pesquisa de Preços**, contemplando ao menos três fontes distintas (portais oficiais, contratações similares, fornecedores do mercado), para definição do valor estimado da contratação, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/2022 e orientações da IN nº 65/2021 e TCU.

11.4. **Análise Jurídica Prévia**, com envio do processo completo à Procuradoria Jurídica do Município para manifestação quanto à legalidade, razoabilidade e adequação da contratação.

11.5. **Definição da Modalidade de Contratação**, observando o valor estimado, o objeto pretendido e a urgência da demanda, podendo ocorrer por licitação ou, se amparado em hipótese legal, por dispensa ou inexigibilidade, conforme arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. **Elaboração do Termo de Referência (TR)**, contendo descrição detalhada das especialidades médicas, quantitativos estimados (480 consultas por ano para cada especialidade), valor estimado, condições de execução, prazos, obrigações das partes e critérios de medição.



11.7. **Publicação do Extrato da Contratação**, conforme regramento local e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência e publicidade do ato administrativo.

11.8. **Formalização do Contrato**, com assinatura entre o Município e a empresa/ profissional contratado, observando cláusulas obrigatórias (art. 92 da Lei 14.133/2021), prazos, penalidades e requisitos técnicos.

11.9. **Acompanhamento e Fiscalização da Execução Contratual**, mediante designação formal de fiscais técnico e administrativo, conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.10. **Registro dos Serviços Executados**, com relatórios mensais de consultas realizadas por especialidade, garantindo controle quantitativo e qualitativo.

11.11. **Prestação de Contas e Avaliação dos Resultados**, ao final de cada período contratual, verificando economicidade, eficiência e atendimento ao planejamento da saúde municipal.

12. IMPACTO AMBIENTAL

12.1. A contratação de serviços médicos especializados, com a oferta estimada de 480 consultas anuais por especialidade, **não gera impactos ambientais significativos**, considerando que:

12.1.1. **A atividade consiste em prestação de serviços de saúde ambulatoriais**, sem execução de obras, instalação de novos equipamentos de grande porte ou intervenções físicas em áreas urbanas ou ambientais.

12.1.2. **O atendimento será realizado em ambiente já existente**, pertencente à rede municipal de saúde ou credenciado, não exigindo alterações estruturais, ampliação predial ou geração relevante de resíduos além dos já rotineiramente produzidos pelo funcionamento das unidades de saúde.

12.1.3. **Os resíduos gerados (como materiais perfurocortantes, resíduos ambulatoriais e comuns)** se enquadram nos tipos já previstos no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS do Município, não havendo aumento expressivo na quantidade produzida que possa comprometer a capacidade de manejo.



12.1.4. A empresa ou profissional contratado deverá **seguir integralmente as normas ambientais e sanitárias**, incluindo:

12.1.4.1. Resoluções da ANVISA relacionadas a resíduos de serviços de saúde (RDC nº 222/2018);

12.1.4.2. Normas municipais de descarte e recolhimento;

12.1.4.3. Boas práticas ambientais previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

12.2. Não há consumo adicional significativo de energia, água ou insumos que possa caracterizar impacto ambiental relevante ou exigir licenciamento ambiental.

13. VIABILIDADE

13.1. A contratação de profissionais médicos especializados em ginecologiapediatria, por meio de credenciamento, mostra-se **totalmente viável técnica, operacional, econômica e juridicamente**, conforme demonstrado a seguir:

13.1.1. Viabilidade Técnica

13.1.1.1. A Secretaria Municipal de Saúde possui estrutura física e administrativa apta a receber os profissionais credenciados, realizando os atendimentos nas unidades de saúde já existentes. Os serviços demandados são de **natureza continuada e assistencial**, enquadrando-se como atividades rotineiras da rede básica e especializada, sem necessidade de investimentos adicionais em equipamentos, instalações ou pessoal de apoio.

13.1.2. Viabilidade Operacional

13.1.2.1. O credenciamento permite que os profissionais realizem os atendimentos de forma escalonada, por vagas ou por demanda, garantindo:

- Flexibilidade de agenda;
- Cobertura contínua das especialidades;
- Atendimento eficiente à população, inclusive em períodos de maior procura;
- Possibilidade de ampliar o número de credenciados se houver necessidade futura, sem novo processo licitatório.



Essa modalidade também assegura que os pacientes sejam atendidos conforme ordem de encaminhamento, mantendo fluxo assistencial adequado e transparente.

13.1.3. Viabilidade Econômica

13.1.3.1. Com base no levantamento de preços realizado na plataforma **LicitNet**, bem como em cotações obtidas com fornecedores e profissionais locais, os valores ofertados no mercado demonstram coerência com o preço estimado no Termo de Referência. O credenciamento elimina a formação de monopólio de contratação, permitindo que **diversos profissionais ofereçam o serviço pelo mesmo valor**, favorecendo o equilíbrio econômico e o custo-benefício.

13.1.3.2. A ausência de despesas adicionais com estrutura, equipamentos ou pessoal reduz o impacto financeiro para o Município.

13.1.3.3. Adicionalmente, não há fracionamento de despesa, pois:

- O contrato vigente refere-se exclusivamente a **plantão médico**, com características e objeto distintos;
- As consultas ambulatoriais representam **nova demanda específica**, com natureza e finalidade diferentes do contrato de plantões;
- A Lei nº 14.133/2021 permite o credenciamento quando há impossibilidade de competição ou interesse público na ampliação de fornecedores.

13.1.4. Viabilidade Jurídica

- **Art. 78, §1º e §2º** — que autoriza a adoção de credenciamento nos casos em que, pela natureza do serviço, todos os interessados que atendam aos requisitos possam ser contratados;
- **Art. 74, caput** — que dispõe sobre a contratação direta em situações específicas, incluindo serviços técnicos especializados;
- **Jurisprudência do TCU** que reconhece o credenciamento como instrumento adequado para **serviços de saúde**, desde que haja critérios objetivos e isonômicos para a contratação.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

14.1 O Estudo Técnico Preliminar (ETP) aprofundou-se em diferentes perspectivas da solução pretendida, buscando apresentar um panorama completo e esclarecedor. Através de uma análise metódica, foram mapeadas as alternativas viáveis, considerando seus prós e contras, e avaliando sua viabilidade técnica e econômica.

14.2 Além disso, cumpre informar que a presente contratação está em conformidade com as condições de mercado existentes e contém as especificações necessárias para a contratação. Além disso, foram consideradas as necessidades reais da Administração e seguidas as orientações da legislação vigente

14.3. Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.

15. DA CLASSIFICAÇÃO DO ETP NOS TERMOS DA LEI 12.527/2011

15.1 O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) não contém nenhuma das informações previstas no artigo 23 da Lei 12.527/2011 sendo, portanto, desnecessária sua classificação como ultrassecreto, secreto ou reservado.

15.2 Não obstante o controle e a divulgação das informações constantes neste estudo observarão as cautelas previstas no artigo 31 do referido diploma legal.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO CONTRATAÇÃO	
NOME	ASSINATURAS
Alcimar Cruz Pereira - Matrícula: 5338	
Ana Beatriz Matias de Souza – Matrícula: 6281-4	
Janderson Moraes de Sales - Matrícula: 7097	

06 de Outubro de 2025, Atalaia do Norte/AM



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



ANDERSON JERRY SOUZA GOES

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 003/GP, DE 02 DE ABRIL DE 2025

Aprovado:

RONALDO CALDAS DA SILVA MARICAUA

Procurador Geral do Município

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO N ° XXX/2025– PMATN

CREDENCIAMENTO Nº 001/2025 PROCESSO ADM No XXX.XX/2025

Contrato de Fornecimento que fazem entre si a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM e a empresa

O **MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE**, por intermédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua XXXXXX, no XXXX, XXXXXX, Atalaia do Norte /AM, inscrita no CNPJ sob o no XXXXXXXXXX, representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade no XXXXX SSP/AM e CPF no XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, Atalaia do Norte /AM, de acordo com atribuição de competência contida na Lei Orgânica do Município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ XXX.XXX.XXX/0001- XX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, CEP XX.XXX-XXX, XXXX/XX, doravante

56



designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu (representante legal), o Senhor(a). XXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade no XXXXX SSP/AM e CPF no XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX- XXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo XXX/2024, e em observância às disposições da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento no XXX/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O presente ajuste tem por objeto a **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA E PEDIATRIA, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS AMBULATORIAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, CONFORME AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL**, para atendimento das necessidades das Secretarias do Município de Atalaia do Norte-AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos e especificações no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT	V.TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;



1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação deste, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2. 2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3. 2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4. 2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções

de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

(art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

1. 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

2. 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. O valor proposto poderá ser reajustado, observado interregno mínimo de 01 (um) ano, pelo índice do IPCA, conforme dispõe a legislação em vigência.

7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:



8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos ao fornecimento

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021.

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei no 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei no 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei no 14.133, de 2021);

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei no 14.133, de 2021).

IV. **Multa:**

1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.



2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “h” do subitem 11, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei no 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei no 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei no 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei no 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei no 14.133, de 2021):



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei no 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei no 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei no 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei no 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei no 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o



contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME no 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei no 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser

formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; **12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.



12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade: 04.01.01 – Fundo Municipal de Saúde

Classificação Funcional: 10302 0052 2050 0000 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC

Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

Fonte Pagadora: 600 - Recursos Próprios, 621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual;

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei no 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei no 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei no 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei no 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei no 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei no 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto no 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Atalaia do Norte-AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei no 14.133/21.

Pela Contratante:



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



Pela Contratada:

Atalaia do Norte-AM, de.....de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE XXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

(RAZÃO SOCIAL)

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)

(Cargo do Representante Legal)

Testemunhas:

NOME:

RG:

NOME:

RG:

ANEXO III - DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

A

Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM

Comissão Municipal de Licitação CREDENCIAMENTO No 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO No 3001/2025

A Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a

69



Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM
Rua Augusto Luzeiro, 65, Centro
CEP: 69650-000



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



“XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.”

_____, (razão social da empresa) com sede na _____, inscrita no CNPJ no _____, vem por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de identidade no _____ e do CPF no _____, na qualidade de representante legal, participante do Processo em epigrafe instaurado pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte- AM, DECLARAR, sob as penas da lei

- a) Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b) Que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- d) Que não está impedida de participar de licitação, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- f) Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relacionadas à execução do objeto da licitação;
- g) Que não possui, na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- h) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- i) Cumpre a reserva de cargos para aprendiz;
- j) Que se enquadra como ME/EPP nos termos da legislação vigente (se for o caso).



k) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a comissão de contratação

aceitará como válida as expedidas até 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão.

l) Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade

econômico-financeira;

m) Que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

n) A inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;

o) Para fins de atendimento ao que consta do Edital do Pregão Presencial da Prefeitura de Eirunepé/AM, que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer os equipamentos com as especificações e qualidade;

p) Conforme o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada para participar do Pregão Presencial, foi elaborada de maneira

independente pela LICITANTE, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Presencial não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente Pregão Presencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial antes da adjudicação do objeto da referida licitação;



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Eirunepé/AM, antes da abertura oficial das propostas; e

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, xxxxxxxxxxxx _xxxxxxxxxxxxxxxxx _xxxxxxxxxx

Assinatura: XX

XXX

XXX

ANEXO IV - MODELO DE REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Requeiro a minha participação no Credenciamento no 001/2025, para prestar os seguintes serviços à Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte:

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					
VALOR TOTAL					



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

Declaro que tenho pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao Credenciamento em causa e plena concordância com as condições estabelecidas no edital e todos os seus anexos.

Declaro, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade deste requerimento de participação com as exigências do edital.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXX de 2025.

Nome empresa
Nome representante empresa